



**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
DE PROFESSOR DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO
ENSINO BÁSICO TÉCNICO E TECNOLÓGICO**
EDITAL Nº 295/2016-UFPA, DE 26 DE AGOSTO DE 2016

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

20 de novembro de 2016

Nome: _____ N.º de Inscrição: _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 20 QUESTÕES OBJETIVAS. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**.
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção.
- 8 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 9 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas**, com início às 9 horas e término às 13 horas, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 10 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 20.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

- 1.** De acordo com Christofari e Batista (2012, p. 393), no processo de avaliação “concebido como estratégia que pode ser construída em consonância com a perspectiva de inclusão escolar”, tornam-se imprescindíveis os seguintes vínculos:
- (A) Com o contexto no qual se produz a avaliação, pois qualquer desempenho a ser avaliado é histórico, singular e produzido em determinadas condições; além disso, esse desempenho não diz respeito apenas ao sujeito avaliado, mas expressa, em sua configuração, as crenças e suposições daquele que avalia.
 - (B) Com práticas de avaliação que sejam específicas para estudantes com deficiência, além de construir estratégias de ação pedagógicas pautadas nos princípios da escola inclusiva, considerando-se ainda os discursos e as necessidades educativas especiais dos estudantes.
 - (C) Com alternativas metodológicas capazes de incluir os estudantes com deficiências, considerando-se que o processo de ensino e aprendizagem da escola inclusiva deve ser permeado por ações pedagógicas que acolham as diferenças e combatam qualquer tipo de discriminação.
 - (D) Com procedimentos pedagógicos que atendam especificamente as necessidades educacionais especiais dos estudantes com deficiências, transtorno global de desenvolvimento, altas habilidades e síndromes.
 - (E) Com práticas pedagógicas voltadas especificamente ao atendimento das necessidades e ansiedades dos estudantes que têm deficiências, considerando-se que o êxito dessas ações não depende exclusivamente da escola, é de fundamental importância envolver a família no processo de inclusão escolar.
- 2.** “A alma humana, no momento do nascimento, é como uma tábula rasa” (BIANCHETTI, BERMAN, 2013). A epígrafe destaca que a criança nasce como uma tela em branco. A escola é um dos lugares, por meio do qual o professor tem papel fundamental em preencher as mentes das crianças com informações e vivências que irão produzir aprendizagem ao longo do tempo. Esse pensamento é um dos que se encontram presentes na prática da educação especial ainda nos dias atuais.
A concepção de educação especial que demarca esse pensamento é:
- (A) Liberalismo, pensamento burguês, influenciada pelo teórico Rousseau.
 - (B) Inatismo, pensamento originário de Aristóteles e Descartes.
 - (C) Ambientalismo, pensamento influenciado pela relação homem-natureza. Principal pensador é Descartes.
 - (D) Cognitivista, pensamento voltado para a ideia de que as crianças avançam para outra etapa, respeitando as fases de seu desenvolvimento cognitivo. Seu principal pensador é Jean Piaget.
 - (E) Empirismo, fundamentada por John Locke. Pensamento que critica o inatismo.
- 3.** O processo de avaliação e aprendizagem na escola que concebe como ator principal o professor ou a professora revela o tipo de avaliação que se efetiva. Nesse sentido Sampaio (2010, p. 73) afirma:
- A valorização dos conhecimentos “assimilados” pelos alunos e alunas, a partir do que foi ensinado/transmitido pela professora, além de revelar a concepção mecanicista de aprendizagem subjacente à prática pedagógica, torna visível uma noção de avaliação da aprendizagem [...].
- Com base na citação acima a noção de avaliação de aprendizagem que se tem é:
- (A) Avaliação da aprendizagem centrada nos diferentes modos de aprender e de compreender o que foi ensinado e discutido com os alunos demonstrando-nos trajetórias variadas e singulares vivenciadas por eles.
 - (B) Avaliação da aprendizagem centrada nos sujeitos alunos e alunas, produtores de conhecimentos, inseridos em dinâmicas culturais distintas, independentemente de suas características individuais.
 - (C) Avaliação da aprendizagem descomprometida com a ampliação permanente de conhecimentos e com o processo de aprendizagem/ ensino, pois as atenções centram – se no “produto”, nos resultados do ensino.
 - (D) Avaliação da aprendizagem baseada nas experiências dos sujeitos alunos e alunas, a qual viabiliza o desenvolvimento global desses sujeitos, num processo permanente de socialização e aquisição de conhecimentos.
 - (E) Avaliação da aprendizagem voltada ao processo de interação social e à aquisição de novos conhecimentos, visando o sucesso escolar de todos os estudantes.



4. As bases legais que consolidaram a implementação da Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de inclusão, foram:

- (A)** A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, a Declaração de Salamanca (1994) e a Política nacional da Educação especial na perspectiva da inclusão (2008);
- (B)** Política nacional da Educação especial na perspectiva da inclusão (2008), A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 e o artigo 5º da constituição Federal.
- (C)** O artigo 5º da constituição Federal, Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (2008) e a a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96.
- (D)** Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (2008), parágrafo 3º do artigo 5º da Constituição Federal e promulgados pelo [Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009](#).
- (E)** Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da inclusão (2008), Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (2008), artigo 5º da constituição Federal e promulgados pelo [Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009](#) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, artigos de 58 a 60.

5. Referindo-se ao currículo e a educação inclusiva, Carvalho (2008, p.104) afirma que:

Quando o projeto curricular permite que a escola da vida entre para a vida da escola [...] pode ser considerado de orientação inclusiva desenvolvendo, nos educadores e alunos a criatividade, a capacidade de pensar, de fazer, de cooperar, de se comprometer.

Segundo a autora, um projeto curricular com tais características desenvolverá nos educandos:

- (A)** Conhecimentos ou conteúdos, fundamentais a formação e orientação dos educandos que apresentam necessidades educativas, além das habilidades de pensar, aprender, socializar e participar dos diversos segmentos sociais.
- (B)** Habilidades de desenvolvimento de aptidões, de comportamento, de criação, interação e socialização.
- (C)** Habilidades e competências cognitivas, emocionais, afetivas visando o processo de desenvolvimento global, inclusivo de todos que apresentam deficiências.
- (D)** Habilidades e competências cognitivas, relacionais, afetivas e políticas, reconhecendo as características diferenciadas de seus corpos e organismos. Contem em si mesmo, a aposta de que todos podem aprender, ainda que com ritmos e estilos de aprendizagem diferentes.
- (E)** Habilidades necessárias à inclusão, considerando-se que para que se tenha êxito na escola inclusiva é preciso aprender, querer e fazer. Aspectos imprescindíveis no desenvolvimento dos educandos.

6. No artigo denominado “Surdez: A(s) linguagem (ns) como sistema de representação e organização mental”, de autoria de Priscila Augusta Lima e Therezinha Vieira (2006), as autoras afirmam que: “Dominar o português escrito é, portanto, uma tarefa especialmente difícil para a pessoa com Surdez. Isso ocorre porque a escrita é um desdobramento da linguagem interior ou fala interna. A linguagem que o surdo internaliza é a Língua de Sinais, bastante diferente do português falado e escrito” (p. 69).

Essa concepção de aquisição da Língua portuguesa escrita para o Surdo tem como fundamentação teórica:

- (A)** Teoria do discurso e filosofia da linguagem de Bakhtin, influenciada por Jean Piaget. Destaca que a fala egocêntrica se encontra entre o discurso socializado e o discurso interior.
- (B)** Teoria Sociointeracionista de Vygotsky, que destaca que a fala egocêntrica se encontra entre o discurso socializado e o discurso interior, que é utilizada como apoio ao planejamento de sequências a serem seguidas, auxiliando assim na solução de problemas.
- (C)** Teoria sociocognitivista de Jean Piaget que traz a ideia inicial da importância da fala egocêntrica, ou seja, da fala interna da criança para o seu desenvolvimento externo.
- (D)** Teoria do discurso e filosofia da linguagem de Bakhtin fundamentado na pós-modernidade, que tem como base a fala egocêntrica, princípio concebido por Jean Piaget e Chomsky, pois as crianças tem capacidade inata de se comunicar e escrever.
- (E)** Teoria interacionista de Piaget, que destaca que a fala egocêntrica é resultante da conversa eu-outro na primeira infância. Esse contato faz com que a criança se desenvolva para as etapas subsequentes, e, portanto, para a escrita.



- 7.** Ao discorrer sobre currículo e adaptações curriculares, Carvalho (2012, 105) esclarece que “[...] não se trata de elaborar um outro currículo e sim de trabalhar com o que for adotado, fazendo nele os ajustes necessários [...]”.
- Esses ajustes devem ser realizados levando-se em consideração:
- (A)** A forma como o professor ensina e conhecimentos gerais sobre currículo e o processo de inclusão dos estudantes.
 - (B)** Flexibilizações nos objetivos, conteúdos, metodologia de ensino, temporalidade e práticas de avaliação de aprendizagem.
 - (C)** O processo de ensino e aprendizagem, práticas pedagógicas, currículos adaptados e conhecimentos específicos da área de educação especial na perspectiva da inclusão.
 - (D)** Adaptações curriculares necessárias ao atendimento dos alunos com deficiência, com base no plano de desenvolvimento individual adotado na escola.
 - (E)** Os ritmos de aprendizagem de cada aluno, focando principalmente os que apresentam limitações acentuadas, assim como: instrumentos de avaliação, o currículo e as adaptações curriculares.
- 8.** A lei 13.146 de 06 de julho de 2015 aponta novas diretrizes para a educação de Surdos. Tais diretrizes dizem respeito a:
- (A)** Implementação da Língua portuguesa escrita como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores para atuar na educação infantil e ensino fundamental e nos cursos de Letras/Língua portuguesa e Letras/Libras; os tradutores e intérpretes de Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras; Obrigatoriedade dos editais de processos seletivos e suas retificações em Libras e assegura ao candidato com deficiência auditiva requerer, no ato de sua inscrição para conseguir carteira de habilitação para veículos, os serviços de tradutores da Libras para acompanhamento em aulas práticas e teóricas.
 - (B)** Obrigatoriedade dos editais de processos seletivos do ensino superior e suas retificações em Libras; Implementar a Língua portuguesa escrita como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores para atuar na educação infantil e ensino fundamental e nos cursos de Letras/Língua portuguesa; Os tradutores e intérpretes de Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com Prolibras.
 - (C)** Obrigatoriedade dos editais de processos seletivos do ensino superior e suas retificações em Libras; Os tradutores e intérpretes de Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com Prolibras; E assegura ao candidato com deficiência auditiva requerer, no ato de sua inscrição para conseguir carteira de habilitação para veículos, os serviços de intérprete da Libras, para acompanhamento em aulas práticas e teóricas.
 - (D)** Obrigatoriedade dos editais de processos seletivos do ensino superior e suas retificações em Libras; Os Intérpretes de Libras quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras; E assegura ao candidato com deficiência auditiva requerer, no ato de sua inscrição para conseguir carteira de habilitação para veículos, os serviços de intérprete de Libras para acompanhamento em aulas práticas e teóricas.
 - (E)** Atuação de tradutores e intérpretes de Libras na educação básica, que devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras; Obrigatoriedade dos editais de processos seletivos do ensino superior e suas retificações em Libras; Implementar a Língua portuguesa escrita como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores para atuar na educação infantil e ensino fundamental e nos cursos de Letras/Língua portuguesa e Letras/Libras.



- 9.** A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, estabelece no seu artigo 3º, os seguintes direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:
- (A)** Acesso à educação, à saúde, ao mercado de trabalho, com garantia dos seus benefícios e hora reduzida da jornada de trabalho, por ser pessoa com deficiência.
 - (B)** Direito ao atendimento multiprofissional na escola e na instituição na qual trabalha, com direito ao acompanhante especializado e redução da jornada escolar, assim como direito ao mercado de trabalho, com redução de carga horária do trabalho.
 - (C)** Direito ao atendimento de suas características próprias, relativas a uma ou mais deficiência, assim como de participar de atividades escolares somente quando tiver disposição.
 - (D)** Direito ao acesso aos medicamentos que no âmbito escolar deverá ser tomado somente na presença de um profissional da área da saúde.
 - (E)** Direito a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer; a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; o acesso às ações e serviços de saúde.
- 10.** O Art. 73 da Lei 13.146 de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão, determina ao poder público, diretamente, ou em parceria com organizações da sociedade civil, promover a capacitação de profissionais habilitados em estenotipia. O trabalho do profissional estenotipista na área da inclusão consiste em
- (A)** ouvir as palavras que estão sendo ditas, traduzi-las por meio de códigos escritos em tempo real realizada na máquina chamada de estenótipo que fica acoplado a um computador que auxilia, através de um software, na tradução das notas estenotipadas o que permite a tradução simultânea do registro da fala para o escrito nas telas de um programa de forma acessível. Esse profissional ajuda, especialmente, as pessoas com deficiência auditiva ou surdos.
 - (B)** transformar as palavras que estão sendo ditas para língua de sinais por meio de programas que usam softwares com avatares, tais como os programas hand talk, Rybená e outros. Os códigos escritos ou falados são traduzidos em tempo real por meio do estenotipista que envia as informações a um computador, o que permite a tradução simultânea do registro da fala para a Libras nas telas de um programa de televisão ou de um computador de forma acessível. Esse profissional ajuda, especialmente, as pessoas com deficiência auditiva ou surdos.
 - (C)** traduzir o que está escrito para voz, em tempo real em canais televisivos. O estenotipista é aquele que ajuda o audiodescritor na tradução simultânea da escrita para a voz, através de um software na tradução das notas estenotipadas o que permite o registro da fala para a audiodescrição de forma acessível e rápida. Esse profissional ajuda, especialmente, as pessoas com deficiência visual.
 - (D)** garantir em tempo real a interpretação em Libras apresentadas nas janelas acessíveis da televisão para a tradução simultânea em Língua portuguesa escrita. O trabalho do estenotipista consiste em ter formação em tradução em Língua brasileira de sinais para garantir a tradução em tempo real da mensagem reproduzida pelo intérprete de Libras para a Língua Portuguesa o mais fiel possível, e assim garantir a acessibilidade necessária para pessoas com deficiência auditiva que não conhecem a Libras.
 - (E)** ouvir as palavras que estão sendo ditas, traduzi-las por meio do sistema braile em tempo real realizada na máquina chamada de estenótipo que fica acoplado a um computador que auxilia, através de um software, na tradução das notas faladas automaticamente para braile. O material pode ser utilizado nos softwares como braile fácil, o que facilita o trabalho do transcritor braile na digitação das frases integrais no computador. O estenotipista proporciona acessibilidade para pessoas cegas em parceria com o transcritor braile. A estenotipia diminuirá o tempo da produção de materiais acessíveis para pessoas cegas.
- 11.** O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM –V apresenta em relação ao Transtorno do Espectro Autista uma tríade composta de:
- (A)** 1. Os Déficits cognitivos e de interação; 2. Comportamentos de linguagem estereotipada.
 - (B)** 1. Os Déficits sociais e de comunicação; 2. Comportamentos repetitivos e Restritivos.
 - (C)** 1. Os desafios de comunicação; 2. Comportamentos repetitivos e Restritivos.
 - (D)** 1. Os Déficits cognitivos e de comunicação; 2. Comportamentos estereotipados.
 - (E)** 1. Os Déficits de linguagem; 2. Comportamentos repetitivos.



- 12.** *A medida que conhecimentos na área da Medicina foram sendo construídos, e acumulados, na história da humanidade, a deficiência passou a ser vista como doença, de natureza incurável, gradação de menor amplitude da doença mental. Tais ideias determinaram a caracterização das primeiras práticas sociais formais de atenção à pessoa com deficiência, quais sejam, as de segregá-las para cuidado e proteção.*

(BRASIL, Cartilha “A educação inclusiva: fundamentação filosófica”, 2004, p. 10 e 11).

A filosofia de educação para pessoas com deficiência apresentada no trecho acima corresponde a

- (A) Filosofia da integração.
 - (B) Filosofia da exclusão.
 - (C) Filosofia da institucionalização.
 - (D) Filosofia do protecionismo.
 - (E) Filosofia da medicalização.
- 13.** O professor que atua na sala de atendimento educacional especializado e atende alunos com deficiência intelectual deve primar pela realização de ações específicas sobre os mecanismos de aprendizagem e desenvolvimento desses alunos. Nesse sentido, para desenvolver o AEE, é imprescindível que:
- (A) O professor conheça o ambiente familiar do seu aluno e suas particularidades para além de seu desenvolvimento cognitivo. O trabalho do professor do AEE é colaborar com o fazer pedagógico do professor da sala de aula, com a intenção de ajudar o aluno com deficiência intelectual a realizar atividades escolares com independência e autonomia.
 - (B) O professor conheça seu aluno, sua família e suas particularidades, focando o desenvolvimento cognitivo do aluno com deficiência intelectual para que ele possa atuar primeiramente no ambiente escolar e depois em outros segmentos sociais.
 - (C) O professor conheça seu aluno e suas particularidades, focando o desenvolvimento cognitivo e motor do aluno com deficiência intelectual para que ele possa atuar primeiramente no ambiente escolar e depois em outros segmentos sociais.
 - (D) O professor conheça o aluno, sua família e suas particularidades investindo nas suas potencialidades para que possa superar sua deficiência intelectual. O trabalho do professor do AEE é colaborar com a formação continuada do professor da sala de aula, para que o aluno realize atividades escolares com independência e autonomia.
 - (E) O professor conheça seu aluno e suas particularidades para além de sua condição cognitiva. O trabalho do professor do AEE é ajudar o aluno com deficiência intelectual a atuar no ambiente escolar e fora dele, considerando as suas especificidades cognitivas.
- 14.** Sobre a Lei Nº 11.126 de 27 de junho de 2005, é correto afirmar:
- (A) Conhecida também como lei Berenice Piana. A pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) passa a incorporar ao grupo de Pessoas com deficiência.
 - (B) Lei que garante o direito da Pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.
 - (C) Regulamenta a profissão do Transcritor Braille. Foi um grande avanço para a categoria, pois a Lei estabelece as funções da atuação do profissional, além do tempo de 6 horas de trabalho, com 1 hora de descanso no decorrer do serviço de produção do sistema braille.
 - (D) Lei que regulamenta a avaliação das instituições escolares para o credenciamento, de acordo com as normas de acessibilidade.
 - (E) Lei que regulamenta o artigo 18 da lei 10.098 e a lei 10.094, conhecida como Lei da acessibilidade. Determina como deverá ocorrer a acessibilidade para diminuir as barreiras físicas, de comunicação e informação nos espaços públicos.



- 15.** No que diz respeito à atuação do professor na sala de recursos multifuncionais é importante considerar dentre outros fatores, o que rege a Resolução CNE/CEB n.4/2009 e a Lei 7.611/2011. Assim sendo para atuar no atendimento educacional especializado, o professor deve ter:
- (A)** Formação continuada em magistério superior, específica na educação especial. A atuação do professor do AEE tem como função proporcionar atendimento especializado como forma de reforço escolar, considerando as habilidades e as necessidades específicas dos alunos público alvo da educação especial.
 - (B)** Formação específica na educação especial. A atuação do professor do AEE tem como objetivo promover a escolarização do aluno especial e esse atendimento deve ser oferecido de forma complementar a aprendizagem, considerando as habilidades e as necessidades específicas dos alunos público alvo da educação especial.
 - (C)** Formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação específica na educação especial. O professor do AEE tem como função realizar esse atendimento de forma complementar ou suplementar à escolarização, considerando as habilidades e as necessidades específicas dos alunos público alvo da educação especial.
 - (D)** Formação específica na educação especial na perspectiva da educação inclusiva. O professor do AEE tem como obrigação garantir esse atendimento de forma complementar ao desenvolvimento e a aprendizagem, considerando as habilidades e as necessidades específicas dos alunos portadores de deficiências.
 - (E)** Formação ampla na área da educação especial, em condições de atender alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotados e com distúrbios de aprendizagem. O professor do AEE tem como função realizar esse atendimento de forma complementar ou suplementar à escolarização, considerando as habilidades e as necessidades específicas dos alunos público alvo da educação especial.
- 16.** Sobre as estratégias metodológicas para trabalhar com alunos de baixa visão, apresentados no manual “AEE – deficiência visual” (2007, p.20), é correto afirmar:
- (A)** Sentar o aluno a uma distância de aproximadamente três metros do quadro negro na parte central da sala. Evitar a incidência de claridade diretamente nos olhos da criança. Posicionar a carteira de maneira que o aluno não escreva na própria sombra. Explicar, com palavras, as tarefas a serem realizadas, com voz alta e nítida.
 - (B)** Estimular o uso constante dos óculos, mesmo que não seja esta a indicação médica. Colocar a carteira em local onde não haja reflexo de iluminação no quadro negro. Posicionar a carteira de maneira que o aluno não escreva na própria sombra. Adaptar o trabalho de acordo com a condição visual do aluno. Observar o espaçamento adequado entre letras, palavras e linhas.
 - (C)** Colocar a carteira em local onde não haja reflexo de iluminação no quadro negro. Utilizar papel fosco, para não refletir a claridade. Posicionar a carteira de maneira que o aluno não escreva na própria sombra. Sentar o aluno a uma distância de aproximadamente um metro do quadro negro na parte central da sala. Adaptar o trabalho de acordo com a condição visual do aluno.
 - (D)** Em certos casos, conceder maior tempo para o término das atividades propostas, principalmente quando houver indicação de telescópio. Ter clareza de que o aluno enxerga as palavras e ilustrações mostradas. Aumentar a iluminação em sala de aula para melhorar o campo visual do aluno com baixa visão. Observar a qualidade e nitidez do material utilizado pelo aluno: letras, números, traços, figuras, margens, desenhos com bom contraste figura/fundo. Observar o espaçamento adequado entre letras, palavras e linhas.
 - (E)** Utilizar papel fosco, para não refletir a claridade. Explicar, com palavras, as tarefas a serem realizadas, com voz alta e nitidez. Aumentar a iluminação em sala de aula para aumentar o campo visual.



- 17.** As orientações para a organização e oferta do atendimento educacional especializado para a educação infantil, confirmam que:

O AEE na educação infantil é fundamental para que as crianças, desde os seus primeiros anos de vida, usufruam da acessibilidade física e pedagógica aos brinquedos, aos mobiliários, às comunicações e informações, utilizando-se da Tecnologia Assistiva, como uma área que agrega recursos e estratégias de acessibilidade. (BRASIL, 2015, p. 4).

Diante ao exposto e considerando a educação infantil um *“direito humano incondicional e inalienável”* é de fundamental importância assegurar às crianças com deficiência,

- (A) o acesso à educação infantil inclusiva, bem como o atendimento educacional especializado nas redes públicas de ensino.
- (B) o atendimento educacional especializado na escola em que a criança estiver regularmente matriculada, desde que seja especial ou inclusiva.
- (C) uma educação infantil de qualidade, com atendimento educacional especializado na infância, que seja oferecido nas redes públicas de ensino.
- (D) o acesso à educação infantil inclusiva, bem como o atendimento educacional especializado nas redes públicas e privadas de ensino.
- (E) escola inclusiva, garantindo a permanência à educação infantil, bem como acesso as estratégias de acessibilidade, sendo nas esferas públicas, ou ONGs.

- 18.** A partir da Política nacional da educação especial na perspectiva da inclusão (2008), o Ministério da Educação aprovou alguns planos voltados para atender os direitos da pessoa com deficiência. Um dos programas que passaram a nortear as políticas de inclusão, voltadas para a área da educação especial no Brasil, é o Plano viver sem Limites (Plano nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência). Sobre as ações desse Plano, é correto afirmar:

- (A) Criação das salas de recursos multifuncionais; A implementação dos Núcleos de acessibilidade por meio do programa Educação especial inclusiva no Ensino Superior; Educação bilíngue; Crédito acessibilidade para PcD; Transporte acessível; Residências inclusivas.
- (B) Prioridade na matrícula do Pronatec para PcD; Residências inclusivas; Implementação de núcleos de acessibilidades por meio do Programa Incluir; Criação de salas de recursos multifuncionais; Oferta de cursos de Letras Libras, Programa escola acessível; Atenção odontológica às pessoas com deficiência.
- (C) Educação bilíngue; Salas de Recursos multifuncionais; Crédito acessibilidade para pessoas com deficiência física (prioridade cadeira de rodas motorizadas); Transporte acessível; prioridade nas matrículas de cursos de Licenciaturas; Criação da cota PcD nas instituições públicas.
- (D) Criação do AEE, por meio da Lei 11.146/2011; Criação da cota PcD nas instituições públicas, Transporte acessível; implementação de núcleos de acessibilidades por meio programa incluir - educação especial; Crédito acessibilidade.
- (E) Residências inclusivas; Implementação de núcleos de acessibilidades por meio do Programa Incluir - Acessibilidade; Crédito acessibilidade para pessoas com deficiência física (prioridade cadeira de rodas motorizadas), Criação das salas de recursos multifuncionais; Oferta dos cursos de Letras/Libras; Formação de professores em Libras e Braile por meio do Programa de Ações Articuladas - PAR.



19. Para Silva (2011, p.101, 102), uma das ações fundamentais da escola inclusiva refere-se à elaboração e organização do Plano Individualizado de Ensino (PIE), quando o referido plano se fizer necessário. Para tanto é de fundamental importância considerar que o PIE:

- (A) somente deve ser adotado em casos bastante específicos para o público alvo da educação especial; deve explicitar objetivos e conteúdos próprios, diferenciados do plano de ensino adotado para os demais alunos da classe; deve ser elaborado pela equipe de professores, coordenadores e demais profissionais da escola, e até mesmo a família do educando; deve especificar materiais e recursos e deve estabelecer os parâmetros para verificação da terminalidade e a certificação do educando, a partir dos objetivos propostos.
- (B) deve ser elaborado e adotado no processo de intervenção de todos os educandos com deficiência; deve explicitar objetivos semelhantes do plano de ensino adotado para os demais alunos da classe; deve ser elaborado pela equipe de professores, coordenadores e demais profissionais da escola, e até mesmo a família do educando; deve especificar materiais e recursos e deve estabelecer os parâmetros para verificação da terminalidade e a certificação do educando, a partir dos objetivos propostos.
- (C) deve ser adotado somente em casos de estudantes que apresentam deficiência intelectual e deficiências múltiplas; deve explicitar objetivos e conteúdos próprios, diferenciados do plano de ensino adotado para os demais alunos da classe; deve ser elaborado pela equipe de professores, coordenadores e demais profissionais da escola, e até mesmo a família do educando; deve especificar materiais e recursos e deve estabelecer os parâmetros para verificação da terminalidade e a certificação do educando, a partir dos objetivos propostos.
- (D) somente deve ser adotado em casos de estudantes que apresentem deficiências múltiplas; deve explicitar objetivos e conteúdos pautados no plano de ensino adotado para os demais alunos da classe; deve ser elaborado pela equipe de professores, coordenadores e demais profissionais da escola, e até mesmo a família do educando; deve especificar materiais e recursos e deve estabelecer os parâmetros para verificação da terminalidade e a certificação do educando, a partir dos objetivos propostos.
- (E) somente deve ser adotado em casos de estudantes que apresentem transtornos funcionais específicos; deve explicitar objetivos e conteúdos pautados no plano de ensino adotado para os demais alunos da classe; deve ser elaborado pela equipe de professores, coordenadores e demais profissionais da escola, e até mesmo a família do educando; deve especificar materiais e recursos e deve estabelecer os parâmetros para verificação da terminalidade e a certificação do educando, a partir dos objetivos propostos.

20. É correto afirmar sobre o programa Escola Acessível do Plano “Viver Sem Limites”:

- (A) O Programa Escola Acessível disponibiliza recursos financeiros às escolas públicas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola para promoção de acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e compra de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva. Assim, as escolas podem construir rampas, sanitários acessíveis e vias de acesso, alargar portas, instalar corrimãos e equipamentos de sinalização visual, tátil e sonora, adquirir cadeiras de rodas e outros que envolvam acessibilidade arquitetônica.
- (B) O Programa Escola Acessível disponibiliza recursos financeiros às escolas públicas e privadas conveniadas, por meio do FUNDEB, para promoção de acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e compra de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva. Assim, as escolas podem construir rampas, sanitários acessíveis e vias de acesso, alargar portas, instalar corrimãos e equipamentos de sinalização visual, tátil e sonora, adquirir cadeiras de rodas e outros.
- (C) O Programa Escola Acessível disponibiliza recursos financeiros às escolas públicas e privadas conveniadas, por meio do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE, para promoção de acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e compra de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva. Assim, as escolas podem construir rampas, sanitários acessíveis e vias de acesso, alargar portas, instalar corrimãos e equipamentos de sinalização visual, tátil e sonora, adquirir cadeiras de rodas etc.
- (D) O Programa Escola Acessível disponibiliza recursos financeiros às escolas públicas por meio do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE, para promoção de acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e compra de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva. Assim, as escolas podem construir rampas, sanitários acessíveis e vias de acesso, alargar portas, instalar corrimãos e equipamentos de sinalização visual, tátil e sonora, adquirir cadeiras de rodas etc.
- (E) O Programa Escola Acessível disponibiliza recursos financeiros às escolas públicas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola, para promoção de acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares, de comunicação e informação e ainda na compra de materiais e equipamentos de tecnologias assistivas. Assim, as escolas podem construir rampas, sanitários acessíveis e vias de acesso, alargar portas, instalar corrimãos e equipamentos de sinalização visual, tátil e sonora, adquirir cadeiras de rodas e fazer contratações de intérpretes de Libras e transcritores Braille.